



CIDADE MÉDIA E SUA INSERÇÃO NA REDE URBANA

THE MEDIUM CITY AND ITS INSERTION IN THE URBAN NETWORK

Kelly Bessa

Universidade Federal do Tocantins (UFT)

kellybessa@uft.edu.br

Resumo: O presente artigo, na forma de um ensaio textual, apresenta contribuições acerca da inserção das cidades médias na rede urbana, com exemplos na Amazônia e no Cerrado brasileiros, inseridos na Amazônia Legal. O papel das cidades médias, ancorado na sua natureza relacional, é definido por meio do estabelecimento de escalas de referências espaço-temporais e da combinação particular de aspectos próprios da rede urbana, a saber: tamanho, funções urbanas, posição geográfica e interações espaciais em múltiplas escalas geográficas. Essas definem a inserção como cidade intermediária no âmbito da rede urbana e são influenciadas, direta e indiretamente, pelas ações das elites empreendedoras presentes nessas cidades.

Palavras-chave: cidade média, rede urbana, escala, Amazônia Legal.

Abstract: The present article, in the form of a textual essay, presents contributions about the insertion of medium cities in the urban network, with examples in the Brazilian Amazon and Cerrado, inserted in the Legal Amazon. The role of medium cities, anchored in their relational nature, is defined through the establishment of scales of spatio-temporal references and the particular combination of aspects specific to the urban network, namely: size, urban functions, geographical position and spatial interactions in multiple geographical scales. These define insertion as an intermediate city within the urban network and are influenced, directly and indirectly, by the actions of the entrepreneurial elites present in these cities.

Keywords: medium city, urban network, scale, Legal Amazon.

Introdução

O presente texto encontra-se organizado na forma de um ensaio, porque é fruto dos debates ocorridos durante a mesa-redonda *Dinâmicas regionais e avanço das cidades médias*, do seminário *A fronteira brasileira no século XXI: configurações sócio-territoriais da Amazônia e do Cerrado*, realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) e

pelo Observatório de Políticas Territoriais e Educacionais (OPTE), da Universidade Federal do Tocantins (UFT), câmpus de Porto Nacional.

A frase de Michel (1977, p. 642) vem-se repetindo em alguns artigos publicados sobre cidade média: “[...] sabe-se muito bem o que é que a cidade média não é, mas, dificilmente, podemos saber o que é [...]”. Essa questão sobre o que faz de uma cidade uma cidade média permanece no debate, apesar da multiplicação das pesquisas sobre o tema. A essa questão acrescenta-se outra pertinente aos estudos de rede urbana: que papéis garantem a inserção de uma cidade na rede urbana como cidade média?

A esse respeito, Corrêa (2017a, p. 29) aponta que “[...] a noção ou o conceito de cidade média é instável”, porque depende “[...] dos elementos considerados na sua definição [...]”. O citado autor alerta que “as cidades médias não constituem entidades ontologicamente definidas, sendo o resultado de uma construção intelectual, da adoção de critérios julgados pertinentes e do conhecimento a respeito da rede urbana”, sobretudo tamanho, funções urbanas, posição geográfica e interações espaciais. Para Corrêa (2017a, p. 29), “a cidade média só pode ser compreendida como parte integrante de uma rede urbana”, mas também de um complexo do processo de urbanização, sendo necessário considerar os contextos históricos e geográficos.

Corrêa (2007, p. 28) assinala que, com a complexificação do processo de urbanização, tem-se “uma rede urbana mais articulada e dotada de centros mais diferenciados entre si”. De modo semelhante, Santos (1994, p. 24) destaca esse processo, observando que “no sistema urbano há [...] uma tendência crescente à diferenciação e à complexificação. As cidades são cada vez mais diferentes umas das outras”. Dessa diferenciação dos centros urbanos, especialmente “[...] a partir da segunda metade do século XIX, com a fase industrial do capitalismo, é possível conceber a cidade média” (CORRÊA, 2007, p. 28), que se torna respeitável nó da rede urbana. A importância dos centros intermediários é destacada em estudos clássicos sobre a rede urbana, como, entre outros, o de Christaller (1966), pela esquematização de localidades centrais intermediárias; e em estudos que visavam “estabelecer um equilíbrio relativo entre os centros da rede urbana macrocefálica” (CORRÊA, 2007, p. 27), especialmente as de Londres e Paris, como, entre outros, os de Jefferson (1939) e Zipf (1949).

Dessa maneira, com base nesses elementos, critérios e conhecimentos acerca da rede urbana, dá-se “[...] o esforço de se construir teoricamente esse objeto de estudo” (CORRÊA, 2007, p. 23), que, obviamente, não se restringe aos estudos da rede urbana, estendendo-se às pesquisas sobre o espaço urbano e o planejamento urbano-regional.

Este artigo debate, de forma breve, a inserção das cidades médias na rede urbana, com exemplos na Amazônia e no Cerrado brasileiros inseridos na Amazônia Legal¹. Para tanto, os procedimentos para a análise e a interpretação apoiaram-se em levantamentos bibliográficos e na obtenção de dados secundários no sítio do IBGE, com destaque para os estudos *Regiões de Influência das Cidades 2007* (IBGE, 2008) e *Gestão do Território 2014* (IBGE, 2014).

A inserção da cidade média na rede urbana

De acordo com Corrêa (2017a, p. 29), “a noção ou o conceito de cidade média é de natureza relacional” e, a partir desta, determinam-se os papéis como “cidades de intermediação no âmbito da rede urbana” (CORRÊA, 2017a, p. 29). Esta diz respeito a “um conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si” (CORRÊA, 1989, p. 8), de modo a conformar um padrão particular de rede geográfica (CORRÊA, 2001, 2012).

Tal natureza relacional envolve interações com centros de menor e maior porte e importância na rede urbana, o que caracteriza circunstâncias em que predominam relações hierárquicas e horizontais clássicas, mas também interações com centros de mesmo porte e importância, o que expressa relações heterárquicas (CATELAN, 2013). Independente dos portes e da importância dos papéis exercidos, abrange interações com centros que pertencem a um mesmo segmento de rede urbana e centros que pertencem a outros segmentos de redes urbanas, anunciando a ocorrência de articulações horizontais e verticais complexas, o que inclui sobreposições múltiplas. Para Santos e Silveira (2001, p. 280), as cidades médias estão nos “[...] pontos de interseção e superposição entre as horizontalidades e as verticalidades.” De maneira semelhante, Sposito (2001, p. 638) aponta, para a cidade média, a conformação de espaços de relações marcados tanto pela contiguidade como pela descontinuidade territoriais, o que resulta em configurações espaciais que “[...] combinam áreas e eixos”.

¹ Neste artigo, considera-se o recorte espacial da área de planejamento conhecida como Amazônia Legal (1966), constituída por oito unidades federativas situadas na Amazônia e em parte dos Cerrados brasileiros, a saber: Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Amapá, Pará e Tocantins, que compõem a região Norte, Mato Grosso, na região Centro-Oeste, e parte do estado do Maranhão, na região Nordeste.

De forma mais específica, Sposito (2004, p. 126) aponta que as cidades médias são as que “[...] desempenham claros papéis intermediários entre a(s) metrópole(s) e as cidades pequenas que compõem uma rede urbana”, atuando como “[...] centros regionais importantes, em função de serem os elos de ligação entre cidades maiores e menores”. De acordo com Santos (1979, p. 243), “a cidade intermediária nasce de uma transformação da cidade regional”, que, “chamada ainda de cidade ‘média’, torna-se cidade intermediária”, precisamente porque se encontra “[...] na encruzilhada das verticalidades e das horizontalidades” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 280). A esse respeito, Corrêa (2007, p. 23) aponta que a cidade média “[...] é também um lugar central na hierarquia regional”, mas, dispondo de posição geográfica favorável e de atividades especializadas, tanto na indústria como nos serviços, torna-se um respeitável nó da rede urbana, não se tratando mais da cidade regional, pois “as interações espaciais de e para a cidade média se realizam em duas escalas espaciais gerais, a escala regional e a escala extra-regional”, tanto em âmbito nacional como internacional. Essas “[...] interações extra-regionais são decisivas para a identificação de uma cidade média, distinguindo-a de uma usual capital regional” (CORRÊA, 2007, p. 30).

Do ponto de vista de Sposito (2007, p. 234), os “papéis regionais sempre estiveram associados às cidades médias, às vezes denominadas cidades regionais”. Contudo, discutindo as reestruturações do período contemporâneo, marcadas pelo aprofundamento da internacionalização da economia, Sposito (2018, p. 194) aponta mudanças notáveis nos papéis exercidos pelas cidades. Tais mudanças “[...] levam à redefinição dos papéis desempenhados por cidades de diferentes importâncias nas redes urbanas” (SPOSITO, 2018, p. 194), incluindo-se as cidades médias. Estas, no contexto dessas reestruturações, não podem ser vistas “[...] como estruturas espaciais em si”, mas devem ser pensadas “[...] como cidades em globalização [...]” (SPOSITO, 2009, p. 67).

Nessa perspectiva, Sposito (2009) usa o termo “cidades médias em globalização” para designar “[...] centros urbanos que tinham papéis de natureza regional”, por causa de uma “[...] situação geográfica favorável à polarização regional” (SPOSITO, 2018, p. 201), e que passam a exercer “[...] papéis intermediários em múltiplas escalas” (SPOSITO, 2018, p. 189), porque há “[...] uma ampliação das interações espaciais entre diferentes escalas geográficas”. Portanto, verifica-se a ampliação da “indissociabilidade” entre as cidades médias e as maiores cidades e, em contraponto, nota-se a ampliação do papel de comando das cidades médias

sobre as cidades menores e o espaço rural. Portanto, torna-se fundamental “[...] entender as formas de interação espacial” (SPOSITO, 2018, p. 202) e os respectivos agentes responsáveis pelo estabelecimento dessas articulações, que não se orientam pela estrutura piramidal e hierárquica clássica da rede urbana.

Por conseguinte, fica evidente que “a inserção das cidades médias na rede urbana é diferente e mais complexa”, envolvendo uma combinação particular dos aspectos próprios dos estudos da rede urbana, como o tamanho, as funções urbanas e a posição geográfica dessas cidades, bem como as interações espaciais das e para essas cidades médias, com suas articulações e sobreposições. Ao mesmo tempo, outros aspectos tornam-se relevantes, a exemplo do “[...] papel das elites locais e regionais na vida econômica e política dessa cidade” (CORRÊA, 2017a, p. 30). Essa combinação de aspectos, segundo Corrêa (2007, p. 25), permite o reconhecimento da cidade média, que é “[...] um tipo de cidade marcada por uma particular [...] combinação de características [...]”. Esta deve ser contextualizada geográfica e historicamente, implicando o estabelecimento de escalas espacial e temporal de referências. Dada a complexidade dessa contextualização, o referido autor sugere análises que discutam “cidades médias e formação regional” (CORRÊA, 2017b, p. 211), amparadas na noção formação espacial de Santos (1977).

O parâmetro demográfico², que é recorrentemente utilizado para identificar a faixa de cidades que pode conter cidades médias, não deve ser analisado de forma isolada, mas associado às funções urbanas e às complexas atividades econômicas presentes na cidade. As funções urbanas, não-básicas, básicas e especializadas, são as geradoras das interações espaciais de curta e longa distância, cujo estabelecimento depende dos atributos favoráveis da posição geográfica da cidade e das ações de agentes políticos, econômicos e sociais.

De acordo com Santos (1996, p. 70-71), “o que chamávamos de cidade média em 1940/50, naturalmente não é a cidade média dos anos 1970/80. No primeiro momento, uma cidade com mais de 20.000 habitantes poderia ser classificada como média, mas, hoje, para ser uma cidade média uma aglomeração deve ter população em torno dos 100.000”. Desse modo, “[...] as cidades intermediárias apresentam, assim, dimensões bem maiores [...] nas

² No Brasil, com relação ao tamanho demográfico das cidades de porte médio, Bessa (2005) destaca as contribuições de Andrade e Lodder (1979), Amorim Filho (1984), Santos (1996), Soares (1999), Andrade e Serra (2001), Amorim Filho e Serra (2001), além das contribuições de Sposito (2004, 2007).

quais 100 mil habitantes é o novo limiar das cidades médias e 500 mil habitantes seria o limite superior de uma grande cidade média” (Figuras 1, 2, 3 e 4).

Na década de 1940, os dados populacionais mapeados por Santos (1996) evidenciam apenas Belém, Manaus, São Luís e Cuiabá com população superior a 20.000 habitantes na Amazônia Legal (Figura 1). Na década de 1980, nota-se número mais expressivo de aglomerações com mais de 20.000 habitantes nessa região (Figura 2), mas poucas com porte populacional na faixa entre 100.001 e 500.000 habitantes (Figura 3), como mapeado por Bessa (2001). Mesmo na década de 1990, observa-se número discreto de cidades na faixa populacional entre 100.001 e 500.000 habitantes na Amazônia Legal (Figura 4).



Figura 1. Brasil: aglomerações com mais de 20.000 habitantes, 1940. Fonte: SANTOS, 1996, p. 151.

Figura 2. Brasil: aglomerações com mais de 20.000 habitantes, 1980. Fonte: SANTOS, 1996, p. 154.

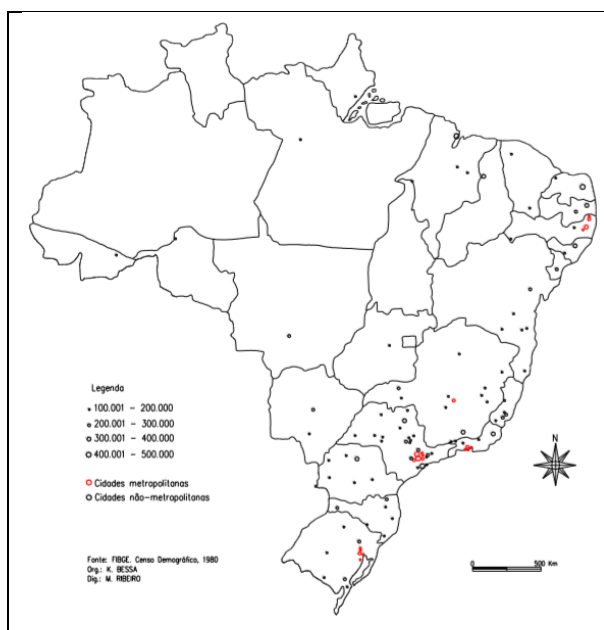


Figura 3. Brasil: cidades com tamanho populacional entre 100.001 e 500.000 habitantes, 1980.

Fonte: BESSA, 2001, p. 46.

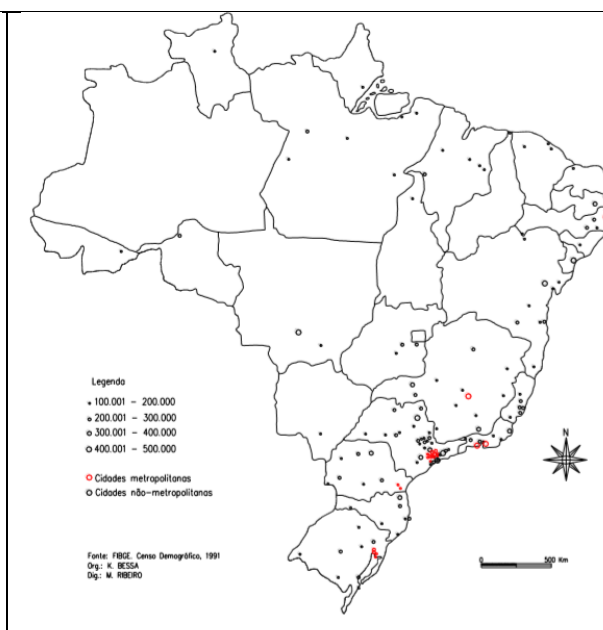


Figura 4. Brasil: cidades com tamanho populacional entre 100.001 e 500.000 habitantes, 1991.

Fonte: BESSA, 2001, p. 47.

Ainda com relação ao parâmetro demográfico, Andrade e Serra (2001), considerando o sistema brasileiro de cidades, admitem como cidades de porte médio aquelas com população entre 50 mil e 500 mil habitantes. Sposito (2004, 2007) corrobora essa proposição, afirmando que, no Brasil, em face das desiguais espaço-temporalidades dos processos regionais, há um relativo consenso em considerar cidades de porte médio as que se encontram nessa faixa de 50 mil a 500 mil habitantes.

Em 2010, os dados populacionais evidenciam número expressivo de aglomerações na faixa de tamanho demográfico de 50 mil a 500 mil habitantes na Amazônia Legal (Figura 5 e Tabela 1), incluindo-se capitais político-administrativas, como Porto Velho, Rio Branco, Boa Vista, Macapá e Palmas, além das situadas em áreas metropolitanas (Belém) e em aglomerações urbanas (São Luís, Cuiabá e Macapá)³. Ressalta-se que, nessa faixa de tamanho demográfico, se identificam apenas as cidades de porte médio na Amazônia Legal. Mas, como salienta Sposito (2001, 626), “[...] nem todas as ‘cidades de porte médio’ desempenham papéis de cidades médias”. Para situar as que desempenham tais papéis, faz-se necessário associar esse dado dimensional com os dados funcionais e espaciais.

³ Para Sposito (2001, p. 627), “[...] as cidades de porte médio que compõem áreas magalopolitanas, metropolitanas ou aglomerações não são, de fato, cidades médias.”

O complexo funcional urbano atende, por meio das atividades não-básicas, às demandas da população da própria cidade, e por meio das atividades básicas e especializadas, direcionadas essencialmente para fora da cidade, às demandas regionais e extrarregionais (HARRIS, 1943; CAPEL, 1972; CORRÊA, 1988). Assim, as funções urbanas revelam-se, espacialmente, por meio das interações, dos fluxos, com suas articulações e suas sobreposições em escalas regional e extrarregional. Considerando as cidades médias, Corrêa (2017a, p. 30) aponta “as seguintes funções: de lugar central, de drenagem e consumo da renda fundiária, industrial, portuária, turística e de capital político-administrativa”. Em muitos casos, como sugere Silveira (2002, p.14), “as cidades médias parecem consagradas a desenvolver uma alta e competitiva especialização funcional”. Brandão (2017, p. 116), diante do “[...] papel de nó estratégico das cidades médias”, ressalta sua importância “[...] para a provisão de bens e serviços coletivos” (BRANDÃO, 2017, p. 106) para uma população local e regional. Dessas funções resulta a ampliação da importância das cidades médias na rede urbana, porque passam a participar da divisão nacional do trabalho e do processo de globalização, como indica Sposito (2007, 2009).

Provenientes das funções urbanas, as interações espaciais⁴ efetivam a inserção de uma cidade na rede urbana, seja uma metrópole, uma grande cidade, uma cidade média ou uma pequena cidade. A cidade média, como apontado por Corrêa (2007, p. 30), “[...] apresenta interações espaciais intensas, complexas, multidirecionais e marcadas pela multiescalaridade”, nas escalas regional e extrarregional, sejam nacional e internacional.

⁴ Sobre interações espaciais, ver Corrêa (1997).

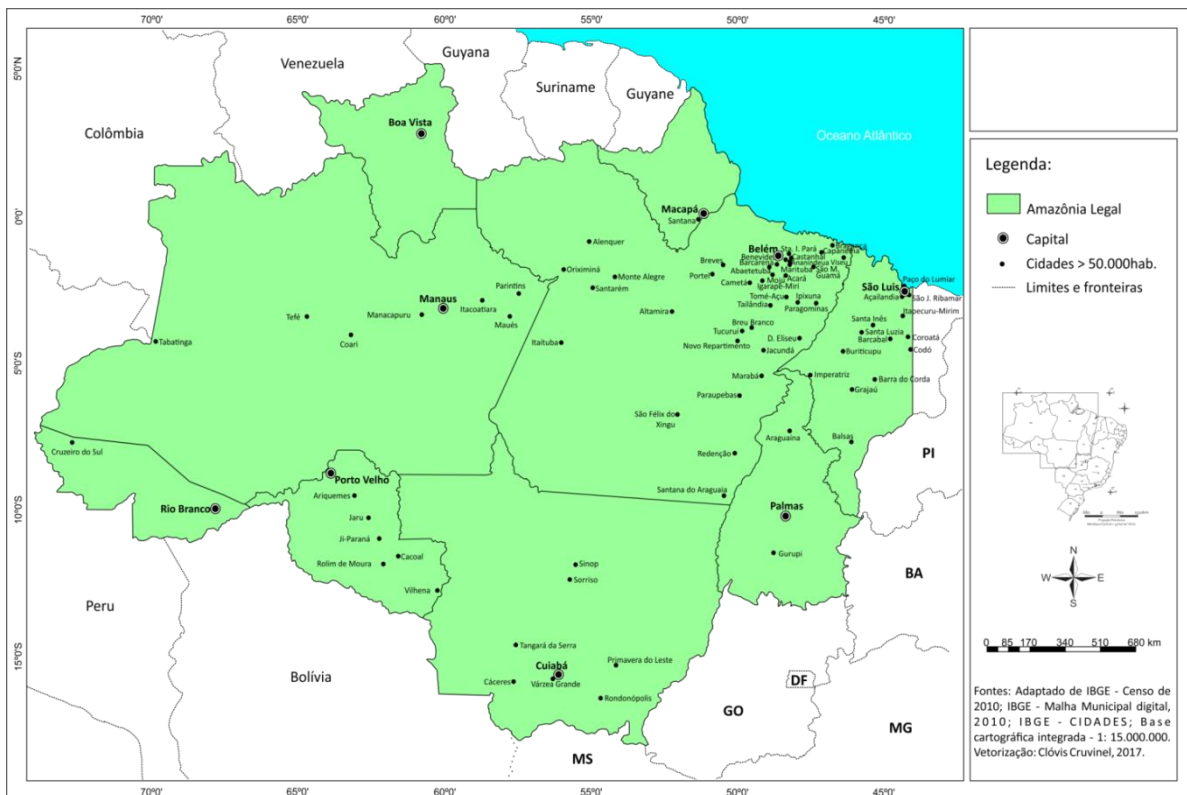


Figura 4. Amazônia Legal: cidades com tamanho populacional acima de 50.000 habitantes, 2010.

Tabela 1. Amazônia Legal: população total, hierarquia urbana, nível de centralidade de gestão, regiões de influência e PIB a preços correntes dos principais centros urbanos com 50.000 a 500.000 habitantes

Centros urbanos	População total (2010)	Hierarquia urbana (2007)	Nível de centralidade de gestão ² (2013)	Regiões de influência (2007)	PIB a preços correntes (mil Reais) (2016)
Porto Velho	428.527	Capital Regional B	5	São Paulo/Brasília	14.741.744
Ji-Paraná	116.610	Centro Sub Regional A	6	Porto Velho	2.991.592
Ariquemes	90.353	Centro Sub Regional B	7	Porto Velho	2.183.383
Vilhena	76.202	Centro Sub Regional B	7	Porto Velho	2.420.745
Cacoal	78.574	Centro Sub Regional B	7	Ji-Paraná	1.944.787
Rio Branco	336.038	Capital Regional C	5	Porto Velho	8.123.182
Cruzeiro do Sul	78.507	Centro Sub Regional B	8	Rio Branco	1.088.626
Parintins	102.033	Centro Sub Regional B	8	Manaus	1.024.890
Tefé	61.453	Centro Sub Regional B	8	Manaus	650.319
Boa Vista	284.313	Capital Regional C	5	Manaus	8.112.334
Macapá	398.204	Capital Regional C	5	Belém	9.279.790
Santarém	294.580	Capital Regional C	6	Belém	4.573.180
Marabá	233.669	Capital Regional C	6	Belém	7.479.675
Castanhal	173.149	Centro Sub Regional A	6	Belém	3.602.939
Abaetetuba	141.100	Centro Sub Regional B	8	Belém	1.249.255
Cametá	120.896	Centro Sub Regional B	8	Belém	1.136.531
Bragança	113.227	Centro Sub Regional B	7	Belém	1.057.723
Tucuruí	97.128	Centro Sub Regional B	7	Belém	4.353.669
Altamira	99.075	Centro Sub Regional B	6	Belém	2.472.773
Paragominas	97.819	Centro Sub Regional B	7	Belém	2.665.946
Breves	92.860	Centro Sub Regional B	8	Belém	685.738
Itaituba	97.493	Centro Sub Regional B	7	Santarém	1.601.485
Redenção	75.556	Centro Sub Regional A	7	Marabá/Araguaína	1.644.661

Capanema	63.639	Centro Sub Regional B	8	Belém	984.039
Imperatriz	247.505	Capital Regional C	5	São Luís	6.977.188
Bacabal	100.014	Centro Sub Regional A	7	São Luís	1.127.972
Balsas	83.528	Centro Sub Regional B	8	Imperatriz/Araguaína	2.393.125
Pinheiro	78.162	Centro Sub Regional A	8	São Luís	796.361
Santa Inês	77.282	Centro Sub Regional A	7	São Luís	1.230.500
Palmas	228.332	Capital Regional B	5	Goiânia	8.108.595
Araguaína	150.484	Capital Regional C	6	Palmas	3.805.223
Gurupi	76.755	Centro Sub Regional B	6	Palmas	2.034.195
Rondonópolis	195.476	Centro Sub Regional A	5	Cuiabá	9.418.111
Sinop	113.099	Centro Sub Regional A	6	Cuiabá	5.117.868
Cáceres	87.942	Centro Sub Regional A	7	Cuiabá	1.718.668
Barra do Garças	56.560	Centro Sub Regional A	7	Cuiabá	1.747.385

Fonte: IBGE, 2008, 2010, 2014, 2016. ¹ Consideram-se nessa hierarquia urbana: Grande Metrópole Nacional, Metrópole Nacional, Metrópole, Capital Regional A, B e C, Capital Sub Regional A e B, Centro de Zona A e B, e Centro Local. ² Consideram-se níveis de 1 a 9, sendo 1 a centralidade máxima, 5 a centralidade que oscila de forte para média, 6 a centralidade propriamente média, 7 a centralidade que oscila de média para fraco, 8 a centralidade propriamente fraca e 9 a centralidade muito fraca (mínima).

Para o estabelecimento efetivo das interações espaciais, além das funções urbanas, há de se considerar a posição geográfica da cidade, marcada por um conjunto de infraestruturas econômicas e de sistemas de engenharia associados, sobretudo, aos transportes e às comunicações. Com relação a esse aspecto, Sposito (2001, p. 627) destaca que “[...] a condição de ‘cidade média’ está diretamente associada a uma situação geográfica favorável”. Para Corrêa (2007, p. 29-30), a cidade média “[...] dispõe de expressiva localização relativa, constituindo-se em foco de vias de circulação e efetivo nó de tráfego, envolvendo pessoas, capitais, informações e expressiva variedade e quantidade de mercadorias e serviços”.

Ademais, há de se considerar a presença de uma elite empreendedora na cidade média. De acordo com Corrêa (2007, 2017a), a presença desse tipo de elite “marca a diferença com outras cidades” de mesmo porte demográfico e de mesma complexidade funcional, pois tal elite empreendedora “estabelece uma relativa autonomia econômica e política a essa cidade, criando interesses locais e regionais, competindo em alguns setores de atividades com as grandes cidades e centros metropolitanos” (CORRÊA, 2007, p. 29). Santos e Silveira (2001, p. 283) alertam que “as cidades médias comandam o essencial dos aspectos técnicos da produção regional [...]” e apenas parte dos aspectos políticos de gestão da produção e do território, porque “[...] o essencial dos aspectos políticos” é tratado nas metrópoles nacionais e internacionais. Estas têm ampla complexidade político-econômica e sociocultural, sendo, na perspectiva de Santos (1996, p. 79, grifo do autor), “[...] uma *totalidade menor* dentro da *totalidade maior*, constituída pela formação social [...]”.

Diante disso, a inserção das cidades intermediárias na rede urbana permanece diretamente associada às funcionalidades e centralidades regionais e sub-regionais, como assinalam os estudos intitulados *Regiões de Influência das Cidades 2007* (IBGE, 2008) e *Gestão do Território 2014* (IBGE, 2014). Mas, a depender das ações de suas elites empreendedoras, a inserção desse tipo de cidade pode romper com essa clássica inserção e atingir posição particularmente distinta, com o estabelecimento de interações espaciais em múltiplas escalas geográficas.

Na Amazônia Legal, considerando a faixa populacional de 50 mil a 500 mil habitantes, os dados de funcionalidade e centralidade urbanas, dispostos nesses citados estudos, apontam um conjunto de centros urbanos que pode conter cidades médias, dadas as inserções nos seus respectivos segmentos de rede urbana como Capital Regional B e C e como Centro Sub Regional A e B (Tabela 1). Esse conjunto de centros mantém interações espaciais⁵ intensas nas áreas de influência de centros com hierarquia superior (os principais do segmento de rede), a saber: São Paulo, a Grande Metrópole Nacional, Brasília, que desempenha papel como Metrópole Nacional, Manaus, Belém e Goiânia, que exercem papéis como Metrópoles Regionais, e São Luís e Cuiabá, que cumprem papéis como Capitais Regionais A. Além dessas, esse conjunto de centros mantém interações espaciais, igualmente intensas, em suas próprias áreas de influência com centros de hierarquia inferior (os que estão na base do segmento de rede), como os centros de zona e os centros locais (IBGE, 2008). Tais informações revelam a necessidade de se verificar a existência de relações heterárquicas, que são pouco perceptíveis nesses estudos.

Com base nos dados da centralidade na gestão política e empresarial, que tratam da intensidade das interações entre sedes e filiais dos estabelecimentos públicos e privados situados na cidade, nota-se que esse conjunto de centros urbanos na Amazônia Legal apresenta centralidades relativamente fortes apenas nas capitais político-administrativas, que atuam como capitais regionais, mormente pela importância nas redes de instituições públicas e de empresas privadas, e em Imperatriz, que atua também como capital regional, e Rondonópolis, que atua como centro sub-regional, graças ao peso do agronegócio e às suas posições geográficas favoráveis, especialmente com relação às infraestruturas de transporte terrestre. Na sequência, percebem-se centralidades propriamente médias em capitais

⁵ A esse respeito ver, os estudos sobre redes e fluxos no território do IBGE (2017).

regionais, a exemplo de Santarém, Marabá e Araguaína, e em centros sub-regionais, como Jiparaná, Castanhal, Sinop, Altamira e Gurupi, além de centralidades médias para fraco em centros sub-regionais, com destaque para Redenção, Bacabal, Santa Inês, Cáceres, Barra do Garças e outros (Tabela 1) (IBGE, 2014).

Nesses centros urbanos, torna-se fundamental a análise detalhada dos agentes políticos e econômicos (elites locais e regionais), no sentido de verificar a procedência dos capitais investidos na cidade e na região, mormente com relação às atividades extrativistas e vinculadas ao agronegócio, bem como às atividades industriais (extrativas e de transformação) e associadas ao comércio e à prestação de serviços (públicos e privados). Vale considerar a capacidade dessas atividades para a geração de empregos e de rendas, e também a manutenção ou o agravamento dos serviços, especialmente os de natureza pública. Essas situações podem implicar a melhoria ou o agravamento das condições de vida nessas cidades. Ademais, faz-se necessário o detalhamento da implantação e da melhoria das infraestruturas de transporte, com os modais rodoviário, ferroviário, hidroviário, dutoviário e portuário, que formam os corredores de exportação centro-norte, bem como de comunicação e de produção e transmissão de energia elétrica, que valorizam a posição geográfica das cidades, incluindo-se as cidades médias. As estratégias dos agentes políticos e econômicos no que diz respeito às atividades e à posição geográfica reforçam os papéis dessas cidades e podem garantir suas inserções na rede urbana como cidades médias.

Para não concluir

Para Corrêa (2007, p. 26), “a cidade média pode ser, assim, considerada como um estado transitório”, definido, em dado tempo e espaço, por meio de uma particular combinação de aspectos próprios à natureza da rede urbana (tamanho, funções urbanas, posição geográfica e interações espaciais), “[...] que, inclusive, são determinantes basilares de sua estrutura e funcionamento” (BESSA, 2010, p. 36). Ressalta-se que, dessa particular combinação, é possível situar e caracterizar a inserção da cidade média na rede urbana. Porém, a esses aspectos somam-se outros que tendem a caracterizar de maneira mais precisa a cidade média, a exemplo da presença de uma elite empreendedora e de uma qualidade de vida urbana acima da média nacional.

Por conta desses aspectos, o estabelecimento de escalas de referências torna-se fundamental. Os limiares demográficos têm sentidos diferentes nas décadas de 1940, 1960,

1980, 2000 e 2010. Em face disso, faz-se necessário “[...] qualificar a cada momento o que se entende, do ponto de vista demográfico, por cidade média” (CORRÊA, 2007, p. 26).

De modo semelhante, é necessário considerar a “máxima concentração” e a “máxima dispersão” espacial das atividades urbanas, da posição geográfica e da própria população (CORRÊA, 2007), pois, com base nessas considerações, é possível estabelecer um ponto mediano entre concentração e dispersão máximas, no intuito de identificar a situação intermediária que, obviamente, acomoda as cidades médias.

No que diz respeito às interações espaciais, há maior complexidade para a definição de escalas de referências. Mas, de modo geral, é fundamental distinguir o sentido, a intensidade e a natureza dessas interações, tanto no que diz respeito aos fluxos propriamente regionais, na área de influência da cidade, como às conexões externas, na escala extrarregional. Não obstante, faz-se necessário identificar os elos entre essas escalas e as demais articulações e sobreposições escalares, porque é nesse contexto de conexões entre escalas espaciais distintas “[...] que se situam as cidades médias” e se define sua inserção como “[...] cidades intermediárias no âmbito da rede urbana” (CORRÊA, 2017a, p. 29).

Na interface desses aspectos próprios dos estudos de rede urbana, sobressai o papel das elites locais e regionais empreendedoras, caracterizado pela capacidade de comando e de gestão sobre as atividades urbanas, inclusive no sentido de promover a ampliação e a especialização das funções urbanas, e sobre o espaço regional, com atuação intensa na hinterlândia da cidade média, mas com importantes vinculações externas, o que abrange melhorias substanciais na posição geográfica dessa cidade.

A temática das cidades médias e de sua inserção na rede urbana encontra-se longe de ser esgotada, mesmo com as muitas pesquisas realizadas e com aquelas em curso de verificação. Há temas já debatidos que, certamente, podem suscitar nossas interpretações, e também há novos temas que tratam de aspectos ainda não abordados, mas que merecem o interesse dos pesquisadores, não apenas na Amazônia e no Cerrado, mas em todo o território brasileiro.

Referências

AMORIM FILHO, O. B. Cidades médias e organização do espaço no Brasil. **Geografia e Ensino**, Belo Horizonte, ano II, n. 5, p. 5-34, jun. 1984.

AMORIM FILHO, O.; SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (Org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p.1-34.

ANDRADE, T. A.; LODDER, C. A. **Sistema urbano e cidades médias no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979.

ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. O desempenho das cidades médias no crescimento populacional brasileiro no período 1970/2000. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (Org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 129-169.

BESSA, K. **Constituição e expansão do meio técnico-científico-informacional em Uberlândia**: o lugar na era das redes. 2001. 333 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

BESSA, K. Reestruturação da rede urbana brasileira e cidades médias: o exemplo de Uberlândia (MG). **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 24, n. 16, p. 268-288, out. 2005.

BESSA, K. Proposições para a análise da diferenciação espacial nos estudos sobre rede urbana: as noções de convergência e divergência. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 28, p. 34-58, 2010.

BRANDÃO, C. Cidades médias como provedoras de bens e serviços públicos e coletivos e como construtoras de cidadania e direitos. In: SILVA, W. R.; SPOSITO, M. E. B.

Perspectivas da urbanização: reestruturação urbana e das cidades. Rio de Janeiro: Consequência, 2017a. p. 99-118.

CAPEL, H. De las funciones urbanas a las dimensiones basicas de los sistemas urbanos. **Revista de Geografia**, Barcelona, v. 6, n. 2, p. 218-248, 1972.

CATELAN, M. J. **Heterarquia urbana**: interações espaciais interescolares e cidades médias. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

CHRISTALLER, W. **Central places in Southern Germany**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1966.

CORRÊA, R. L. O estudo da rede urbana: uma proposição metodológica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 50, n. 2, p. 107-124, abr.-jun. 1988.

CORRÊA, R. L. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, R. L. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 279-318.

CORRÊA, R. L. Dimensões de análise das redes geográficas. In: _____. **Trajetórias geográficas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 107-118.

CORRÊA, R. L. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, M. E. B. **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 23-34.

CORRÊA, R. L. Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente. **Revista Cidades**, Presidente Prudente, n. 16, v. 9, p.1-20, jul.-dez. 2012.

CORRÊA, R. L. Cidades médias e rede urbana. In: SILVA, W. R.; SPOSITO, M. E. B. **Perspectivas da urbanização**: reestruturação urbana e das cidades. Rio de Janeiro: Consequência, 2017a. p. 29-38.

- CORRÊA, R. L. Cidades médias: temas para pesquisas. In: SILVA, W. R.; SPOSITO, M. E. B. **Perspectivas da urbanização**: reestruturação urbana e das cidades. Rio de Janeiro: Consequência, 2017b. p. 209-214.
- HARRIS, C. D. A functional classification of cities in the United States. **Geographical Review**, New York, v. 33, n. 1, p. 86-99, jan. 1943.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/>>. Acesso em: 25 abr. 2017.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Gestão do território 2014**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto dos Municípios 2016**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas>>. Acesso em: 7 out. 2019.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Ligações rodoviárias e hidroviárias 2016**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- JEFFERSON, M. The law of the primate city. **The Geographical Review**, Nova York, v. 29, n. 2, p. 226-232, abr. 1939.
- MICHEL, M. Ville moyenne, ville moyen. **Annales de Géographie**, Paris, v. 86, n. 478, p. 641-685, sep.-oct. 1977.
- SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo: AGB, n. 54, p. 81-99, jun.1977.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SILVEIRA, M. L. Globalização, trabalho, cidades médias. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro, n.11, p.1117, 2002.
- SOARES, B. R. Repensando as cidades médias brasileiras no contexto da globalização. **Revista Formação**, Presidente Prudente, n. 6, p. 55-63, 1999.
- SPOSITO, M. E. B. et al. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 35-68.
- SPOSITO, M. E. B. Novos conteúdos nas periferias urbanas nas cidades médias do estado de São Paulo, Brasil. **Investigaciones Geográficas, Boletín del Instituto de Geografía**, Cidade do México, n. 54, p. 114-139, 2004.

SPOSITO, M. E. B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: [s. n.], 2001. p. 609-643.

SPOSITO, M. E. B. Globalização, consumo e papéis intermediários de cidades médias no Brasil. In: SANFELIU, C. B.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Las ciudades medias o intermedias en un mundo globalizado**. Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 2009. p. 41-69.

SPOSITO, M. E. B. Reestruturação econômica, urbana e da cidade: os papéis intermediários de cidades médias em múltiplas escalas. In: LAN, D.; ADRIANI, L.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Reestructuración productiva e industria, en ciudades intermedias de Argentina y Brasil**. Tandil: Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 2018. p. 189-207.

ZIPF, G. K. **Human behavior and the principle of least effort**: an introduction to human ecology. Cambridge: Addison-Wesley Press, 1949.

SOBRE A AUTORA

Kelly Cristine Fernandes de Oliveira Bessa

Possui graduação em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade Federal de Uberlândia (1996), Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (2001) e Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2007). Atualmente é professora associada da Universidade Federal do Tocantins nos Cursos de Geografia (Bacharelado e Licenciatura), no Programa de Pós-Graduação em Geografia (Mestrado), campus de Porto Nacional, e no Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente (Mestrado e Doutorado), campus de Palmas. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Urbana, Geografia Regional e Planejamento Urbano-Regional.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5743312913786333>

Recebido em dezembro de 2019.

Aceito para publicação em fevereiro de 2020.

Publicado em março de 2020.